

JORNALISMO CRÍTICO DE TIBÚRCIO RODRIGUES

Pádua Lopes

Nasceu no Ipu, em 11 de agosto de 1869, Tibúrcio Rodrigues que iria protagonizar um episódio marcante na história do Jornalismo cearense por sua coragem cívica e independência política durante o período em que o Brasil adotou a forma republicana de governo. Apesar de morrido aos 29 anos de idade, suas qualidades intelectuais e integridade moral foram admiradas e exaltadas, a ponto de seu nome haver sido escolhido para ser o Patrono da Cadeira nº 38 da Academia Cearense de Letras.

Seu pai era Francelino Rodrigues de Sousa, nascido em 1841, em Canindé, que se transferiu para o Ipu na década de 1870 e lá se casou com Sabina Rodrigues de Sousa, com quem teve 7 filhos. Os quatro primeiros por ordem de nascimento foram: José Martins de Sousa, Manuel Rodrigues Martins, Martinho Rodrigues Sobrinho e Tibúrcio Rodrigues de Sousa.

Para compreensão do contexto familiar, é preciso mencionar que seu avô Inácio Rodrigues de Sousa se casou com Maria Francisca de Santana e o casal, além do mencionado Francelino, tiveram outros filhos, com destaque para Martinho Rodrigues de Sousa, que foi advogado provisionado e solicitador do foro de Maranguape. Escrevendo para jornais em Fortaleza, conseguiu influência política e se elegeu deputado provincial pelo Partido Conservador. Através de seu prestígio, o irmão Francelino foi nomeado secretário da Câmara de Baturité e, em seguida, tabelião em Maranguape.

Acompanhando seus pais, Tibúrcio Rodrigues saiu do Ipu para morar em Baturité, onde funcionavam algumas tipografias que confeccionavam jornais e variados impressos. Com apenas 19 anos, publicou o jornal *O Rouxinol* naquela cidade. Por causa da

transferência do pai, teve de ir para Maranguape; depois, seguiu para Fortaleza a fim de fazer o curso preparatório do Liceu do Ceará.

Entre 1890 e 1891, se casou na Capital com Elvira Garcia, filha do desembargador Manuel de Sousa Garcia do Tribunal da Relação do Ceará. Do consórcio, nasceram duas filhas: Violeta e Maria José.

Seu tio, agora deputado federal Martinho Rodrigues, o chamou para trabalhar no jornal *O Norte*, que havia fundado em 14 de abril de 1891, com outros próceres, para ser o órgão da ala dissidente do Centro Republicano de Fortaleza. Essa entidade, que fora constituída pouco antes da Proclamação da República, abrigou os conservadores e liberais da decaída Monarquia, que juntos formaram o Partido Republicano Cearense. A convivência entre tais correntes antagônicas nunca foi pacífica. O rompimento entre elas se dera porque, em março anterior, o líder republicano histórico João Cordeiro propôs que o Partido se colocasse em oposição ao presidente Deodoro da Fonseca, sob o pretexto de que favorecia os interesses da ala dissidente.

As relações partidárias internas se azedaram mais quando o presidente da República nomeou o general Clarindo de Queiroz para governar o Ceará. O cargo de vice-governador seria preenchido por indicação do Partido Republicano, que por acordo escolheu o nome do deputado Martinho Rodrigues. Estava o Congresso Constituinte Cearense trabalhando na elaboração da primeira Constituição do Estado e, na sessão de 7 de maio, realizou separadamente as eleições para governador e vice. O general Clarindo de Queiroz foi eleito tranquilamente, mesmo porque sua eleição era mera formalidade, pois já estava nomeado para o cargo. Mas, na eleição do vice-governador, a ala ortodoxa, de João Cordeiro, não respeitou o acordo celebrado e lançou a candidatura concorrente do coronel Benjamin Liberato Barroso, que saiu vitoriosa.

A traição partidária não abalou o deputado Martinho Rodrigues, que continuava influente no governo e através do *O Norte* dava apoio incondicional ao presidente Deodoro da Fonseca e ao governador Clarindo de Queiroz. Mas o marechal Deodoro da Fonseca pretendeu dar um golpe de estado e foi obrigado a renunciar à Presidência da República em 23 de novembro de 1891. A reviravolta política convulsionou o Brasil. A situação do governador do Ceará ficou insustentável, porque havia apoiado a tentativa de golpe e o novo presidente da República, Floriano Peixoto, desfechou uma campanha para eliminar todos os amigos do marechal resignatário. Tendo se recusado a entregar o cargo, o governador Clarindo de Queiroz foi deposto em 17 de fevereiro de 1892 depois de um bombardeio do Palácio do Governo pelos cadetes da Escola Militar de Fortaleza. No combate travado, 13 pessoas morreram.

Tendo seus adversários tomado o governo, o deputado Martinho Rodrigues foi abruptamente jogado na oposição. Perdidas suas bandeiras de luta, *O Norte* se declarou apartidário e equidistante das correntes políticas.

Com a guinada política no plano federal, a ala ortodoxa do Partido Republicano Cearense ofereceu apoio ao presidente Floriano Peixoto e empalmou o poder local com o major Benjamim Liberato Barroso alçado a governador do Estado. Em virtude de negócios particulares, João Cordeiro tinha ido morar no Rio de Janeiro, deixando uma lacuna na liderança partidária. O senador Antônio Pinto Nogueira Acióli preencheu esse vácuo ao criar o Partido Republicano Federalista em 1º de junho de 1892, com a fusão do Centro Republicano e da União Republicana. Pouco antes, havia fechado os órgãos *Libertador* e *Estado do Ceará* para fundar o *A República*, que circulou de 9 de abril de 1892 a 22 de janeiro de 1912, para o suporte partidário.

Habilmente, o senador Nogueira Acióli dirigiu o 2º Congresso Constituinte Cearense e conseguiu ser escolhido vice-presidente na chapa encabeçada pelo candidato a presidente José Freire Bezerril Fontenele, ambos eleitos indiretamente pelos constituintes na sessão de 12 de julho de 1892. As baterias do *O Norte* foram direcionadas com ferocidade contra o novo governante estadual.

Por sua vez, o deputado Martinho Rodrigues, que havia criado o Partido Republicano Democrata, amargava o ostracismo político. Para agravar as circunstâncias, o deputado federal cearense fora preso durante 8 meses no Rio de Janeiro, porque apoiou o manifesto dos 13 gerais, em 1º de abril de 1892, contrário aos interesses do presidente Floriano Peixoto. Entrementes, as dificuldades asfixiavam o *O Norte* que havia suspenso duas vezes as edições por causa de ataques a suas instalações. No terceiro atentado, em 30 de setembro de 1893, parte da oficina foi destruída, fechando o jornal em definitivo. Os seus redatores ficaram desempregados.

Por esse tempo, para sustentar a família, Tibúrcio Rodrigues exercia a advocacia, atuando no Tribunal de Júri e no Tribunal da Relação. A oposição carecia de um órgão para aglutinar simpatizantes e angariar prosélitos para o Partido Republicano Democrata. Libertado da prisão, o deputado Martinho Rodrigues juntou os correligionários para fundarem o *Ceará*, aproveitando a oficina do extinto *O Norte*, devidamente restaurada. O novo jornal circulou a partir de 1º de novembro de 1895 e, posteriormente, Tibúrcio Rodrigues se integrou à sua redação.

Paralelamente à atividade de jornalista, Tibúrcio Rodrigues era despachante da Alfândega de Fortaleza e se desentendeu com o inspetor Manuel Alves da Silva, que baixou a portaria de 22 de agosto de 1897, obrigando os funcionários da repartição a fazerem declaração escrita de não lesar o fisco, sob pena de demissão a bem do serviço

público. Indignado com os termos daquele ato administrativo, ele dirigiu uma petição ao inspetor dizendo que a portaria era absurda e preferia ser demitido a firmar aquela declaração. O pedido não foi atendido pela autoridade alfandegária que ganhou do peticionante, em revide, um artigo contundente publicado em 28 de agosto no *Ceará*.

Sentindo-se sem perspectiva em Fortaleza, ele embarcou com a família no navio “São Salvador” com o objetivo de se fixar no Amazonas como advogado. Ao fazer escala no porto de São Luís, no Maranhão, ele tomou conhecimento de que o inspetor lhe retribuíra o artigo publicado com uma suspensão de três meses. Ali mesmo, a bordo do navio, escreveu outro artigo, sob o ofensivo título “**O tartufo**”, que somente foi publicado em 14 de dezembro pelo *Ceará*, demora que muito o aborreceu porque considerou uma falta de solidariedade dos colegas de redação. Ainda naquele mês de dezembro, ele retornou a Fortaleza para requerer licença de seis meses na repartição para tratar de assuntos particulares. A licença foi indeferida e, em seu lugar, o inspetor lhe aplicou a pena de demissão sumária do cargo.

O redator do *Ceará* tinha razão de ressentimento com seus colegas. O artigo “**O tartufo**” saiu nas colunas ineditoriais, tendo ao lado uma nota com a informação de que o redator-chefe João Oto do Amaral Rodrigues “tinha caído doente”. Não havia dúvida: a direção do jornal usou de uma evasiva para se isentar de responsabilidade pelo artigo de Tibúrcio Rodrigues, embora não lhe negasse o espaço para manifestar sua opinião. Ou seja, fora uma publicação “de favor” e não, de solidariedade. Atente-se que, antes, o jornal havia publicado uma matéria simpática ao inspetor da Alfândega, para facilitar a composição das alianças partidárias para o pleito de senador em 1897. Vale ser considerado ainda que o dito inspetor fora nomeado em 1896 pelo ministro da Fazenda que favorecia o Partido Republicano Federalista.

Pressentindo que não teria apoio no *Ceará* para publicação de novos artigos e não aguentando ficar silente ante a injusta demissão, Tibúrcio Rodrigues escreveu o opúsculo *O intrujão (História de um cavalheiro de indústria)* em que atribuiu sua dispensa como despachante às opiniões emitidas naquele jornal. Acrescentou que o inspetor Manuel Alves da Silva recebera “carta branca” do ministro da Fazenda, para perseguir adversários políticos, tanto que foram demitidos três outros despachantes por serem filiados ao Partido Republicano Democrata. O opúsculo fez também acusações de irregularidades administrativas na repartição fiscal. Ainda denunciou o cancelamento das compras de livros e talões da Alfândega na Litografia Cearense, porque na sua oficina era impresso o jornal *Independente*, cujo sócio Joaquim da Costa Sousa era da oposição.

Começou a escrever *O intrujão*, ainda, em Manaus. Para evitar constrangimento, não contratou a oficina do *Ceará*. O livreto foi impresso na tipografia de Cunha, Ferro & Cia., situada na Rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) nº 33. Concluída a impressão em 29 de janeiro de 1898, o opúsculo obteve enorme repercussão em Fortaleza. Enquanto isso, o inspetor Manuel Alves da Silva foi agraciado com uma promoção para a Bahia, saída honrosa encontrada para aquele servidor público, ao mesmo tempo em que era abafado o escândalo causado pelas denúncias.

Deveras decepcionado com a falta de solidariedade de seus companheiros de jornal, vergados às conveniências políticas, e sem vez nos demais órgãos de imprensa, submissos ao governo, Tibúrcio Rodrigues amargurava frustração. Seu ânimo ainda foi desgastado quando o seu tio, Martinho Rodrigues, protetor de sua família e a quem muito admirava, desistiu de se candidatar à reeleição para deputado federal. Terá sido nesse transe que se convenceu da necessidade de ter o próprio jornal. Precisava de um órgão independente, livre dos

conchavos políticos, para externar suas opiniões sem dar satisfação a quem quer que seja.

Convocou para a empreitada o irmão mais velho, José Martins. Os dois caíram em campo com determinação férrea e, em 27 de março de 1898, circulou o primeiro número do *O Rebate*. O semanário fora impresso na oficina do *Ceará*, tinha pequeno formato, as páginas medindo 21,5cm por 28,5cm, e trazia esta epígrafe no alto da capa: **“Rindo digo a verdade”**.

Suas finalidades e diretrizes foram expressas no editorial da edição nº 1:

“Nossa pena não está adstrita a interesses políticos de qualquer espécie. Vamos entrar na luta sem esmorecimentos, embora sejam bem sérios os riscos a que nos expomos. Embora! Quem luta por um ideal não teme.

“Queremos: primeiro, a liberdade dos cearenses, vitimados pela tirania de meia dúzia de aventureiros políticos. Queremos a integridade da Constituição republicana, mistificada por um governo ímprobo, desrespeitador dos mais sagrados direitos dos cidadãos. Queremos a moralidade da administração, hoje tão estragada com os monopólios indecentes, com os fornecimentos escandalosos, pela parentela governamental; com os contratos, altamente onerosos e inúteis ao Estado. (...)”

A respeito da característica do jornal, o historiador GERALDO DA SILVA NOBRE, no livro *Tibúrcio Rodrigues, a Imprensa e a República* (Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986, pág. 146), assim se pronuncia: “*O Rebate* de Fortaleza caracterizou-se como “órgão crítico”, qualificação dada aos jornais de conteúdo predominantemente em forma de comentários, sem a finalidade precípua de noticiar, porém selecionando fatos que servissem ao

propósito de apontar, condenar abusos e desmandos, omissões e prevaricações das autoridades visadas.”

Os responsáveis pelo conteúdo editorial (notas, notícias, comentários não assinados) eram os irmãos Tibúrcio e José Martins, cujos nomes nessa ordem de prioridade constaram do cabeçalho do jornal a partir do nº 6, de 7 de maio. Na mesma edição, passou a figurar também o endereço do escritório e da redação à Rua Municipal (atual Guilherme Rocha) nº 16-A. O jornal teve diversos colaboradores. Tibúrcio Rodrigues era encarregado dos comentários de primeira página, os quais escrevia com rapidez e com poucas correções no original. Por ser costume na época, ele também usou pseudônimos: Santerre e Tabaréu.

Em seu nº 7, com o editorial “**Força contra força**”, o jornal aumentou a acidez das críticas à administração estadual. O fato acarretou desconforto para a direção o *Ceará*, em cuja oficina *O Rebate* era impresso, porque poderia ser lançada sobre ela a suspeição de conivência com as delações do *O Rebate*.

Para superar o impasse, os irmãos trataram de montar uma oficina própria. O primeiro jornal impresso na tipografia adquirida, de nº 13, veio com o formato maior, medindo 30,0cm por 43,0cm, sendo a última página reservada aos anúncios. O editorial do nº 14 noticiava a aquisição do maquinário, comentando: “Em vez de um mal fizeram-nos um bem. Despimos o alheio, vestimos o nosso”. Concluindo: “*O Rebate*, fique acentuado, não recebe inspirações de ninguém”.

Cada vez mais, o público prestigiava a linha enérgica do jornal. Os comerciantes e admiradores de Tibúrcio Rodrigues publicaram anúncios comerciais para financiá-lo, desafiando a ira do governante. A edição do nº 19 informava que a tiragem fora aumentada para 2.000 exemplares, o que era uma quantidade excepcional para a época. A abrangência do órgão exasperou elementos governistas que

mandaram apreender os exemplares nas mãos dos vendedores na rua. Na edição seguinte, de nº 20, com o título “**Paga o boró**”, o jornal denunciou a violência e o policial responsável pela apreensão. Todavia, os vendedores ficaram intimidados e não aceitaram os jornais para vender na edição seguinte. Conta o historiador EUSÉBIO DE SOUSA no artigo “**A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais**” que, em face da recusa dos jornaleiros, Tibúrcio Rodrigues, “sem olhar o perigo a que se expunha, sobraçando um maço de jornais, ia pelas ruas de Fortaleza distribuindo sua atrevida gazeta.” (*in Revista do Instituto do Ceará*, 1933, T. 47, pág. 7-45).

O nome de José Martins foi retirado do cabeçalho do nº 20 e uma nota justificou que o irmão viajara para o Amazonas, onde fixaria domicílio. Então, Tibúrcio Rodrigues ficou sozinho com a responsabilidade do jornal que passou a ser bissemanal, às quartas-feiras e sábados, numa demonstração da boa receptividade do público leitor. A edição do nº 21 publicou várias acusações virulentas contra o presidente do Estado. Como reação, um grupo de governistas tomou os exemplares de um vendedor, na entrada de um circo, e os destruiu, rasgando-os. O incidente foi narrado na edição seguinte sob o título “**Brutos!**”.

O Rebate encerrou sua história na edição nº 22, uma quarta-feira, dia 31 de agosto de 1898, por causa da publicação do editorial intitulado “**À bala!**”, cujos parágrafos finais continham esta insinuação perigosa:

“Portanto, aquele que primeiro levantar o bacamarte e derribar o primeiro tirano, nunca será um assassino! Será nosso salvador, o precursor de nossa liberdade! Não querem dar-nos a liberdade? Pois conquistemo-la. **À BALA!**”

Grande parte dessa edição foi também rasgada. No dia seguinte, 1º de setembro, o major Ranulfo Lira, cumprindo ordem do chefe de Polícia, intimou Tibúrcio Rodrigues a fechar a oficina e suspender

imediatamente a publicação do jornal. Altivo, o jornalista respondeu ao major que *O Rebate* sairia “amanhã às 9 horas”. Com efeito, no dia 2, saiu reimpressa a edição nº 22, com a tarja de “2ª Edição” e a paginação alterada.

No mesmo dia 2, o *A República*, órgão porta-voz do governo, noticiou que *O Rebate* tivera a circulação proibida pelo chefe de Polícia. Acrescentou que a medida fora tomada porque o jornal, em conluio com o vice-presidente do Estado, Carlos Miranda, tramava o assassinato do presidente Nogueira Acióli. Mas, como acima foi dito, Tibúrcio Rodrigues não obedeceu à ordem policial. E, nesse mesmo dia 2, o major voltou às 10 horas, com os soldados da Guarda Cívica, cercou a oficina e consumou a interdição. Uma multidão se formou no local, protestando contra o fechamento do órgão oposicionista. A força policial dispersou a multidão que fugiu às carreiras para a Praça do Ferreira, nas proximidades do Palácio do Governo. O tumulto foi interpretado como a suposta tentativa de deposição, fazendo com que o presidente Nogueira Acióli saísse às pressas do Palácio, em carro fechado, e se recolhesse ao quartel do 2º Batalhão de Infantaria do Exército para se proteger.

O órgão governista *A República* reiterou na edição de 6 de setembro a versão de que o presidente do Estado fora vítima de uma conspiração entre o vice-presidente Carlos Felipe Rabelo de Miranda e o jornalista Tibúrcio Rodrigues para depô-lo. O primeiro visando a assumir o cargo de presidente, e o segundo para ser a “eminência parda” do novo governo. Ficou provado que tudo era mentira; os acusados nem amigos eram; muito menos, cúmplices de um golpe político. O presidente Nogueira Acióli aproveitou o incidente para, com a força de sua autoridade, liquidar os dois oponentes irreduzíveis. Essa imputação falsa atingiu seus objetivos, pois levou à cassação do

mandato do vice-presidente pela Assembleia Legislativa, em 19 de outubro de 1898, e calou o único jornal crítico do governo.

Ao ter sua oficina interditada, Tibúrcio Rodrigues escreveu três boletins, em 1º, 4 e 20 de setembro, denunciando a arbitrariedade da interdição e declarando que sua vida estava sob ameaça de bandidos a serviço do governo. No Boletim de 4 de setembro, ele escreveu dramaticamente: “*O Rebate* não morreu!”. Todos esses boletins somente foram publicados pela família depois da morte de seu redator, porque as tipografias, advertidas pela polícia, se negaram a imprimi-los.

De saúde frágil, Tibúrcio Rodrigues provavelmente sofria de insuficiência cardíaca, patologia que a medicina ainda não podia diagnosticar. Quando viu seu sonho se evanescer, sua trincheira de luta desmoronar, convicto de que a interdição ao jornal não seria levantada, ele adoeceu gravemente. Recebeu em casa a visita de muitos amigos que o ajudaram naquela enfermidade da qual não se recuperaria. Manteve a lucidez e a consciência até o fim. Uma semana antes (dia 20), acamado, escreveu o terceiro boletim e cessaram as palpitações de seu coração em 27 de setembro de 1898. Seu corpo foi velado em sua residência, na Rua Major Facundo, nº 138, e enterrado no dia seguinte. Houve comoção popular com a notícia de sua morte e um grande cortejo fúnebre conduziu seu corpo ao Cemitério São João Batista.

Para atenuar a repercussão da morte, junto ao público, o presidente Nogueira Acióli levantou o interdito da oficina em 14 de outubro. A família e os amigos de Tibúrcio Rodrigues aguardaram o transcurso do trigésimo dia do óbito para fazer circular uma publicação, em forma de jornal, com seis páginas e o título ***Tibúrcio Rodrigues: Homenagem de seus amigos e admiradores***. O artigo principal, de primeira página e não assinado, se reporta ao fechamento do jornal e ao falecimento de seu redator:

“Conhece esta Capital inteira a vida agitada, mas coberta de aplausos e de simpatias, *d’O Rebate*, que fechamos com a presente edição. (...).

“Nesse momento, a população do Ceará, aquela que é honesta, levou mãos ao rosto, – soltou um grito... e tombou com Tibúrcio Rodrigues.”

A publicação era ilustrada com a foto do busto do jornalista morto, em posição formal, vestido de paletó e uma pequena gravata. Reproduzida por clichê, a imagem é precária, mas permite observar que ele era magro, rosto severo, testa larga, cabelos bastos e repartidos ao meio e usava bigode.

A publicação ainda continha manifestações pesarasas de amigos e artigos de colaboradores que exaltaram a personalidade, a coragem e a independência do homenageado. Destaca-se o título do artigo assinado pelo padre Furtado: **“Armas em funeral! Morreu um bravo!”**

A bajulação dos áulicos do presidente Nogueira Acióli e o temor de seu temperamento vingativo fizeram cair no esquecimento temporário o jornalismo crítico do *O Rebate* que não transigiu com a corrupção dos governantes e a prepotência dos poderosos. O nome de seu intimorato redator foi resgatado para a História em 1930. O jovem José Martins Rodrigues, que era filho de Martinho Rodrigues Sobrinho, irmão de Tibúrcio Rodrigues, convidado para integrar a Academia Cearense de Letras, escolheu o nome honrado do tio para ser o Patrono da Cadeira nº 36 da entidade. Como seu tio, José Martins Rodrigues era jornalista e advogado e havia ingressado na vida pública, na qual fez carreira brilhante mercê de seus dotes intelectuais e inquebrantável integridade moral. Na reestruturação ocorrida na Academia Cearense de Letras em 1951, Tibúrcio Rodrigues passou a ser o Patrono da Cadeira nº 38.

A existência curta e tormentosa do *O Rebate*, que se confunde com a própria vida de Tibúrcio Rodrigues, seu redator-chefe, não passou despercebida ao olhar agudo do professor GERALDO DA SILVA NOBRE, autor do livro *Tibúrcio Rodrigues, a Imprensa e a República* que constitui a principal fonte biográfica sobre aquele jornalista. Esse criterioso historiador terá sido o último a manusear e pesquisar os exemplares originais do *O Rebate* que repousavam no catálogo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Essa e outras coleções de jornais foram destruídas por um incêndio nos arquivos da Biblioteca, perdendo-se a prova documental desse período da História.

Na abrangente obra *O Ceará* (3ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966. p. 305), MARTINS FILHO e RAIMUNDO GIRÃO, no traçar o perfil das personalidades nascidas no Município do Ipu, anotaram no verbete **Tibúrcio Rodrigues**: “Jornalista de notável combatividade”.

Um ser humano complexo como qualquer outro, com qualidades e defeitos, Tibúrcio Rodrigues foi, sobretudo, um produto de sua época na qual o jornalismo se confundia com as paixões políticas. O jornal era um meio de comunicação social potente e inovador, eis que o primeiro publicado no Estado – *Diário do Governo do Ceará* – circulou em 1º de abril de 1824. Desde então, todas as correntes políticas fizeram uso intensivo desse tipo de papel impresso (então, chamado “órgão”), para difundir suas ideias e opiniões, mas principalmente como instrumento de defesa e arma de ataque aos adversários. Na maioria das vezes, as agressões eram de ordem pessoal e absolutamente mentirosas. Não obstante, de algum modo, os jornais cumpriram o objetivo de informar os acontecimentos e de desmascarar as condutas públicas indignas. Aos poucos e por atalhos sinuosos, essas folhas impressas contribuíram para a elevação do debate político e para a moralidade da administração pública.

Os episódios conhecidos da vida de Tibúrcio Rodrigues sugerem que ele foi partidário e tinha temperamento inflexível, uma junção geradora de problemas evitáveis e de posições extremadas. Cometeu o erro de não discernir a importância estratégica do plano de extensão da rede de telefonia para o interior do Estado, alegando que o projeto seria um desperdício do dinheiro público e abriria as portas à corrupção. O fervor da cruzada moral turvou sua visão do desenvolvimento econômico e algumas de suas suspeições extrapolaram o limite da razoabilidade.

Não há, porém, como deixar de respeitar e aplaudir a firmeza de suas convicções, a pureza de seu idealismo, sua ética incompatível com a venalidade, pois não recuou jamais de suas opiniões para tirar vantagem pecuniária para si ou para o jornal. Por esse aspecto, seu comportamento já seria uma exceção honrosa. Mas ele também enfrentou a mão pesada do Estado e as denominadas forças invisíveis do poder. Inegavelmente, ele exibiu uma coragem pessoal extraordinária, porque não cedeu à ameaça, não temeu cara feia e absorveu prejuízos materiais. Expôs sua integridade física quando apontava os vícios administrativos que medravam nos gabinetes oficiais. Nunca abdicou do dever de informar. Aceitou o desafio de ser Jornalista.

Abstraídas as demasias, a crítica de Tibúrcio Rodrigues ao presidente Nogueira Acióli se revela procedente dentro da perspectiva histórica. Com efeito, esse governante não hesitava em abusar do poder visando a tolher as liberdades do cidadão e a esmagar as oposições. Quando *O Rebate* circulou, cumpria o presidente do Estado o terceiro ano de seu primeiro mandato, e esse leão já mostrava suas garras. Seus métodos ardilosos e intimidantes aprofundaram as raízes à medida que ele se consolidava no governo até estabelecer a oligarquia no Ceará. Senhor absoluto do mando político, ele perseguiu

os inimigos e ignorou os anseios populares. E, como todo déspota, um dia, os acontecimentos que ele pretendia controlar com mão de ferro tomaram uma direção imprevista, mudando radicalmente sua sorte. Foi apeado do Palácio do Governo em 25 de janeiro de 1912 e desterrado do Ceará no dia seguinte.

Depois de Tibúrcio Rodrigues, outros jornalistas assumiram a voz cáustica da oposição. João Brígido, que fundou o *Unitário* em 1903, e Valdemiro Cavalcante, fundador do *Jornal do Ceará* em 1904, fustigaram nas páginas desses órgãos aquele mesmo presidente do Estado que parecia usar uma capa impermeável à crítica, capa tecida pela coercitiva hegemonia partidária e pela ligação estreita que manteve com os presidentes da República durante 16 anos.

O jornalismo de Tibúrcio Rodrigues foi quase heroico e constitui um exemplo para a geração contemporânea que sequer ouviu falar de sua trajetória destemida e impoluta. Os políticos e agentes públicos, tanto de ontem quanto de hoje, só elogiam a imparcialidade do jornalismo quando a matéria atinge seus rivais ou desafetos. Quando eles próprios são alvo de revelações comprometedoras nas reportagens investigativas, replicam que o jornalista é venal, irresponsável, mentiroso; ameaçam-no com processos criminais, censura e pedidos milionários de indenização por dano moral. É; os métodos aciolinos estão atualizados com nova roupagem e terminologia. São necessários outros Tibúrcio Rodrigues, munidos com outros *O Rebate*, para restabelecer a verdade, investigar as operações nocivas ao erário, desnudar as hipocrisias, esclarecendo a opinião pública aturdida com a massiva propaganda institucional e as notícias que desinformam veiculadas pelas plataformas digitais.

Foram os jornais que acolheram as primeiras manifestações literárias no Ceará, de Juvenal Galeno a Adolfo Caminha e Antônio Sales. Os poetas, romancistas e cronistas escreveram para as folhas

e nelas publicaram suas produções. Os órgãos no século XIX eram políticos (a maioria), ou literários, ou ainda político-literários. O texto bem escrito era (e é) um pressuposto do Jornalismo assim como era (e é) da Literatura. Machado de Assis, fundador da Academia Brasileira de Letras, foi cronista permanente dos jornais do Rio de Janeiro, e essas publicações o tornaram mais conhecido e reverenciado.

Entre seus ilustres membros, a Academia Cearense de Letras teve dezenas de jornalistas, e figura, em seu quadro de Patronos, um representante legítimo do Jornalismo, simbolizando o reconhecimento dessa atividade que concedeu o imprescindível espaço para o desabrochar da Literatura cearense. O nome do Patrono Tibúrcio Rodrigues foi uma escolha mais do que acertada, feliz.